

# AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MST: O CASO DE SERGIPE

**SANTOS, Íris Graziela Gonçalves.**  
[iresquecivel@yahoo.com.br](mailto:iresquecivel@yahoo.com.br)

**MENDONÇA, José Carlos de.**  
[Josecarlos.mendonca@bol.com.br](mailto:Josecarlos.mendonca@bol.com.br)

**SANTOS, Vanessa Pereira.**  
[nessinhaper@hotmail.com](mailto:nessinhaper@hotmail.com)

**BEZERRA, Ada Augusta Celestino.** (Orientadora)  
Doutora em Educação, Prof<sup>ª</sup>. do curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes-UNIT  
[ada@sergipenet.com.br](mailto:ada@sergipenet.com.br)

## RESUMO

O presente estudo descreve a pesquisa realizada acerca das práticas pedagógicas da educação infantil no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Sergipe, a partir de fontes diversas. Referências bibliográficas entre outros, permitem acessar as práticas e os saberes escolares difundidos em uma educação diferenciada existente no Movimento Sem Terra, a trajetória da pesquisa se dar inicialmente em dados bibliográficos, pesquisa de campo e posteriormente entrevistas, verificando as dificuldades que as crianças do MST enfrentam em relação à educação. Identificar como líderes responsáveis pelas crianças do MST contribui para o enfrentamento de dificuldades, bem como analisar como ocorre o processo de educação infantil em crianças pertencentes ao MST no estado de Sergipe.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escolarização, Educação no MST, Educação no Campo, Sociedade e Educação.

A pesquisa situa-se na área de sociedade e educação e vem participar das discussões referentes às práticas pedagógicas da educação infantil no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a partir do caso de Sergipe. Cintra (1999, p 103) e Gohn (1997, p. 117) discutem a educação nesse movimento social, evidenciando a necessidade de explorar o tema e contribuir para o aperfeiçoamento de nossas práticas, bem como de pesquisadores em geral. As dificuldades enfrentadas pela questão estrutural e pelo modo de vida no qual está inserido o MST interferem muito no processo de ensino-aprendizagem das crianças, com reflexos na forma e conteúdo desenvolvido nesse contexto, marcado pelo enfrentamento dos problemas que as crianças apresentam diante da estrutura e concepções diferenciadas do meio que estão inseridas.

No MST circulam ou constituem-se concepções diferenciadas do processo educacional em relação à visão burguesa hegemônica, alcançando as crianças do movimento nas concepções educativas progressistas. Neste artigo buscamos entender o processo educacional diferenciado que é dado a essas crianças pelos militantes responsáveis que vêm a escola como algo fundamental, ao lado do fortalecimento da cultura e das concepções de mundo do movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

O MST é um movimento social de referência para muitos países que como o Brasil possui entre as classes uma enorme desigualdade social. Nasceu da articulação da luta pela terra que foi retomada a partir do final dos anos 70 tendo início no centro-sul do país e expandindo-se no Brasil inteiro. Atualmente completando 22 anos de existência, conforme Morrissawa (2001), o MST entende que seu papel como movimento social é continuar organizando os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. Nos 23 estados em que o movimento atua, a luta tem como foco não só a reforma agrária, mas a construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana.

O perfil da educação brasileira apresentou significativas mudanças nas duas últimas décadas, consubstancial queda da taxa de analfabetismo e aumento expressivo do número de matrículas em todos os níveis de ensino. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é necessária à criança, observada como uma cidadã em formação, visto que a cidadania é direito de todos e precisa ser assegurada a essa pelos adultos, educadores e comunidades. A Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional nº. 9394/96 descreve que:

**Art. 29º.** A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a educação da família e da comunidade.

**Art. 30º.** A educação infantil será oferecida em:

**I** - Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

**II** - Pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

**Art. 31º.** Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Segundo a Lei nº. 9394/96 a educação infantil é imprescindível para as crianças, embora não lhe seja assegurada à obrigatoriedade. A busca de creches, jardins de infância e pré-escola crescem cada vez mais no Brasil com o objetivo de garantir a educação de crianças. A elite, por dispor de recursos financeiros, garante através de escolas particulares a educação infantil de seus filhos. Já a classe trabalhadora, cada vez mais luta para garantir um espaço na educação infantil para seus filhos, havendo grande déficit na oferta pública dessa etapa da educação básica.

A Lei nº. 11.274/06, sancionada em fevereiro, estendeu a duração do Ensino Fundamental de oito para nove anos. Com a medida que alterou a Lei de Diretrizes e Bases nº. 9.394/96, a matrícula nessa etapa da educação passa a ser obrigatória a partir dos seis anos de idade. Pela nova legislação, todos os estabelecimentos de ensino que antes ofereciam da 1ª a 8ª séries terão que se adaptar ao novo formato até 2010.

**Art. 1º** - O Ensino Fundamental com 09 (nove) anos de duração, a ser implantado em todos os sistemas de ensino, será organizado em duas etapas: cinco anos iniciais e quatro anos finais.

**Art. 2º** - O cumprimento da obrigatoriedade da matrícula e frequência à escola de toda a criança a partir dos 06 (seis) anos de idade e da ampliação da duração do Ensino Fundamental para 09 (nove) anos, nos sistemas de ensino, obedecerá às normas contidas na presente Deliberação.

Para a Educação Infantil essa medida levantou algumas hipóteses acerca da qualidade da aprendizagem visto que a mudança, a princípio, pode ser considerada uma conquista para as famílias das classes populares que inúmeras vezes, ao matricularem seus filhos aos sete anos de idade nas escolas, não obtinham resultados satisfatórios em relação ao desempenho dos mesmos. Levanta-se também o debate que as primeiras séries passarão a receber crianças mais novas. Será preciso estar atento para as necessidades específicas da faixa etária de 6 anos, principalmente porque é o momento da aquisição da escrita e da leitura.

Trata-se de uma medida do atual governo que, embora polêmica, parece fundamentar-se na realidade do ensino fundamental cuja aprovação na 1º série ainda é superior a 30%. Esta informação responde a um forte argumento que responsabiliza o déficit da educação infantil pelo insucesso escolar na 1º série como obrigatoriedade da educação no Brasil. Além disso, contempla a faixa etária de 6 a 14 anos, alunos oriundos das camadas populares que não acessam a educação infantil, até porque não havendo recursos assegurados os governos municipais não investem nessa etapa tão importante da educação básica que corresponde ao período em que são lançadas as alicerces da personalidade humana, portanto, da cidadania.

A prática pedagógica educacional é um elemento fundamental para as crianças que vivem em sociedade. A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que a educação é direito de todos. É a partir dessa visão ampliada que entendemos que a educação também é necessária para o campo, pois ela se faz presente em todos os processos que constituem a formação ocorrida ao longo da vida de cada um de nós dentro e fora da escola.

A implementação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo (CNE/CEB nº1. 3/04/02), aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação tem a meta de pôr em prática uma política de Educação que respeite a diversidade cultural e as diferentes experiências de educação em desenvolvimento, em todas as regiões do País, pois a educação no campo não é apenas a escolarização, é sim, maior que a escola, pois está presente no movimento e na organização do povo. A educação rural tem características e necessidades próprias para o aluno do campo no seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas. Essas Diretrizes respeitam a identidade do campo e dos sujeitos históricos. As Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo (CNE/CEB nº1. 3/04/02), declaram que:

**Art. 2º** Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

**Parágrafo único.** A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes. Próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social, da vida coletiva no país.

A LDB admite como certa uma educação voltada para a realidade das crianças do campo tendo a terra, as lutas e a história do campo como um ponto fundamental para o trabalho em sala de aula. Desse modo a educação no campo não se resume somente a um mundo limitado de letras e conteúdos, mas sim a um conhecimento produzido a partir da realidade presenciada no seu cotidiano buscando ajudar os ruralistas que nela vivem transformá-la.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9394/96 retrata:

**Art. 1º.** A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa,

nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar devese vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social.

São vários os movimentos sociais que buscam construir sua própria identidade, resistindo aos processos de exclusão. A separação campo-cidade tem sido questionada pelos movimentos sociais, sob o argumento de que a combinação do trabalho agrícola e industrial é a expressão mais concreta da possibilidade desses se relacionarem e interagirem em dependência recíproca. Fernandes (1999, p. 50) mostra que a subordinação do campo ao urbano foi sendo constituída por relações políticas, uma subjugação engenhosamente denominada de “integração”. Fernandes também chama atenção para a situação atual da agricultura e aponta para a necessidade do fortalecimento da agricultura familiar (1999, p. 50). Um outro olhar para o campo vem sendo construído por dentro dos movimentos organizados, que vivenciam outros modos de produzir, viver e se relacionar com a sociedade e a natureza. Dessa forma, é que os discursos dos movimentos sociais defendem a urgência de um projeto político de educação para o campo. Um primeiro passo seria o reconhecimento da necessidade de uma escola do campo.

No contexto do nosso país, defender políticas públicas específicas para o campo não significa discriminá-lo ou pretender insistir numa postura dicotômica entre o rural e o urbano. Ao contrário, precisa-se romper com o processo de discriminação, para fortalecer a identidade cultural negada aos diversos grupos que vivem no campo e para garantir atendimento diferenciado ao que é diferente, mas não deve ser desigual (Kolling, Nery, Molina, 1999, p. 58).

É importante enfatizar a expressão do campo, utilizada pelos movimentos sociais nos últimos anos, para se referir à dimensão política de sua mobilização em favor do direito à educação básica. A educação nunca deixou de estar na pauta do debate e das ações por parte dos movimentos organizados do campo, especialmente por parte do MST. Segundo Roseli

Caldart (art.2000), uma ampla discussão tem sido realizada nas últimas décadas e várias alternativas pedagógicas vêm sendo desenvolvidas e acompanhadas por um intenso trabalho de formação docente, discutindo e propondo a redefinição do papel da escola e de sua gestão, como também dos currículos desenvolvidos nos espaços educativos, uma “pedagogia da terra em movimento”.

Nessa perspectiva, a luta por a uma educação que respeite a cultura e a identidade do campo vem sendo reivindicada por inúmeros grupos de camponeses em diversos locais onde a educação popular acontece. A mobilização justifica a afirmativa de que, nos últimos anos, os movimentos sociais, com apoio de diversas instituições, estão recolocando o rural e a educação que a ele se vincula na agenda política do país. Luta-se por uma escola que dialogue com suas cultura e considere seus saberes e ensine as crianças como as diferenças têm sido construídas, como as desigualdades vêm sendo produzidas. Eles têm clareza de que o acesso e a permanência na escola podem fortalecer a luta cotidiana por melhores condições de vida. Em sua luta pela vida, a escola ainda ocupa uma centralidade, pois as camadas populares, sejam do campo ou da cidade, reconhecem os verbetes de possibilidades que a experiência coletiva da escola pode propiciar.

Segundo Knijnik (1996, p.16) a educação surgiu no movimento dos trabalhadores rurais sem terra a partir da necessidade de escola para mais de 1000 jovens em acampamentos e assentamentos do MST, visto que os responsáveis pelo movimento cada vez mais se preocupavam com crianças que estavam expostas a inúmeros perigos existentes nos acampamentos. Surge à idéia de alfabetizar essas crianças com o objetivo de orientá-las em suas atividades e debater com essas as lutas que estão inseridas. A educação trouxe para o movimento algumas discussões em torno da criação de escolas, pois parte dos integrantes do movimento acreditavam que a educação atrapalharia a mobilização do MST. Com muita luta

pela educação e debate em torno das dificuldades, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra avança para o processo educacional que daria às crianças do MST à Escola Oficial.

Com essa vitória nos acampamentos e assentamentos do MST os responsáveis pela educação buscam fazer com que pais e mães, ou melhor, todos forneçam elementos construtivos para a criança que está num período de vida tão especial e único, busque o apoio dos pais durante a sua formação, assim o processo educacional deve ser visto como forma de preparar dirigentes capazes de atuar como referência de luta frente aos objetivos sociais do movimento. Neste sentido, o investimento na educação, bem como na formação de militantes inicia nas crianças do MST o entendimento de que só através da educação é que se consegue atingir seus anseios e conquistas.

Caldart (art. 2000) relata que o MST orgulha-se de ter 100 mil crianças e adolescentes estudando em escolas conquistadas em suas áreas de acampamentos e assentamentos. Atualmente, estão envolvidos mais de 20 mil educandos, como também a formação de técnicos e educadores em cursos de nível médio e superior. A educação no Movimento Sem Terra não é muito diferente da urbana. A equipe responsável pela educação se organiza com planejamentos, projetos educacionais entre outros. Mesmo assim a falta de recursos educacionais é extremamente grandiosa e o professor em diversas vezes tem que fazer "milagre" para atender as necessidades dos alunos. Geralmente os recursos educacionais chegam às escolas dos acampamentos ao final do semestre, e eles não atendem a necessidade de todos.

A educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra luta por uma escolarização de qualidade visando dar alternativas as crianças desde a infância, buscando conscientiza-los e desperta-los para concepções socializadoras e progressistas. O processo educacional do MST tem ainda, como objetivo retornar a trajetória histórica do movimento principalmente mostrando seus princípios educativos, centrado na luta pela ocupação,



resistência e produção. O conhecimento da realidade, as experiências práticas do trabalho agrícola na escola e o engajamento na luta para transformar as condições de vida e de trabalho, são, para o MST fatores de desenvolvimento da identidade do grupo e de respeito e amor pela terra.

O Projeto educacional do MST ultrapassa os limites da Educação Formal colocando-se a serviço da construção de um novo sujeito social do campo, isso por acreditar na capacidade de transformação do homem. O movimento é formado por renovadas educações populares, pois não segue um roteiro previamente estabelecido que fundamente programas educativos. A compreensão da importância da educação para a capacidade de ação das lutas camponesas é um resultado da própria experiência da prática cotidiana do movimento, que vai se consubstanciar nos princípios, conteúdos e metodologia do trabalho pedagógico. A proposta não é tomada como pronta e acabada, mas como um processo coletivo em permanente movimento de se reconstruir, na experiência particular e específica de cada assentamento ou acampamento, na troca e na reflexão das experiências vividas, na tomada de decisão coletiva, respeitando às condições reais das diversas situações locais.

Segundo Caldart (art. 2000), a escola para o movimento, é um espaço de construção de conhecimentos voltados para o desenvolvimento da nova realidade que as famílias estavam construindo em sua inserção na sociedade, não é um espaço desagregador ou que desenvolvesse atividades alienantes a suas realidades. A escola presente no movimento não é diferente de outras instituições, pois possuem discussões sobre a participação na organização da mesma, planejamento das atividades escolares, conteúdos das diferentes áreas do conhecimento, formas e instrumentos de avaliação etc., expandindo às práticas pedagógicas, superando velhos problemas e construindo novos desafios.

A relação teoria-prática para os educadores do MST segue uma linha pedagógica onde os alunos devem começar a partir das obrigações mais simples e dos problemas imediatos do

processo de trabalho e da organização coletiva, para refletir, pesquisar, elaborar conhecimentos teóricos necessários às tomadas de decisão. Um dos princípios da educação no MST é que o conhecimento deve ser tentado com totalidade e universalidade, procurando romper com a visão maniqueísta respeitando a dialética e a possibilidade de pensar. É importante que as crianças do movimento saibam pelo que estão lutando, e que as informações aprendidas na escola dos acampamentos sejam utilizadas como arma de defesa perante outras sociedades.

Ao que está a indicar o presente estudo, o movimento sem terra busca um modelo de educação diferenciada, que esteja de acordo com a realidade e a história do MST, que ensine as crianças a ler e escrever a partir das experiências vividas pelas mesmas, estimulando o amor a terra e ao trabalho. A educação transmitida pelas escolas dos acampamentos e assentamentos, forma cidadãos a partir da desenvoltura das crianças explicando-as como se transformar em um defensor dos direitos e lutas pela terra.

As escolas dos acampamentos e assentamentos superam as dificuldades e produzem uma nova pedagogia que ultrapassa os limites entre a escola, e a comunidade, entre o estudo e o trabalho, entre a teoria e a prática, entre a educação e a política. A educação no MST permite ver como se dá os processos de aprendizado, seja de novas informações, seja de velhos hábitos, valores e comportamentos, gerando novas mentalidades e novas práticas sociais. Todo este processo permite ampliar a idéia de educação até dimensões que hoje devem ser recuperadas.

O papel da escola, segundo o setor de educação do MST em Sergipe é de promover e qualificar experiências de trabalho produtivo e cooperativo na escola e no assentamento, contribuindo para o sucesso nos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. É igualmente de assegurar a participação das crianças, sua motivação para continuar no campo dando continuidade à reforma agrária, como um projeto de sociedade, um projeto que se constrói no e pelo movimento, e que exige uma sólida capacidade política, técnica e científica.

No MST o processo de ensino - aprendizagem, independente de onde aconteça, deve possuir critérios que envolvam profissionais preparados para trabalhar em estímulo e inclusão do indivíduo enquanto sujeito de transformação. Cabe ao professor buscar se organizar para participar de processos formativos e de capacitação, para melhor desenvolver as atividades com as crianças dentro dos vários aspectos que elas necessitam tanto na dimensão física, quanto cognitiva, emocional, de uma maneira agradável e saudável.

Educar para transformar não depende somente do docente, mas de um trabalho coletivo entre os pais, a comunidade e a escola. De acordo com Acácia (entrevista 2007) cabe à comunidade do assentamento zelar pela proteção de suas crianças, dando a elas segurança e ensinamentos de como organizar todos os espaços que possam lhes garantir um desenvolvimento físico, emocional, psicológico e cognitivo, como também promover momentos para que elas desenvolvam sua sociabilidade com outras crianças de diferentes idades e outras pessoas, firmando amizade, expressando seus pensamentos através da linguagem, construindo hipóteses, enfim, garantindo que seus direitos sejam cumpridos na prática tanto da família, como dos espaços educativos frequentados pelos alunos e comunidade em geral.

A comunidade do assentamento quando programa seus espaços, não pode deixar de pensar e reservar um "espaço especial" para as crianças. Esse espaço pode ser organizado, construído um lindo parque infantil ou uma praça de lazer, onde são contemplados os diferentes interesses dos públicos diferentes. É nesse lugar que as crianças irão construir referências entre elas, e transformá-lo em ponto de encontro onde serão firmadas relações de amizade e onde a criatividade e a disputa pelo espaço também seriam estimuladas. Além disso, intercalado com o ensino, às crianças tem acesso às cirandas infantis produzidas pelos integrantes do MST que tem o objetivo de produzir à cultura da Educação Infantil no campo, mostrando as crianças à importância da terra, da economia de subsistência e de concepções

que para os militantes do movimento são progressistas e diferenciadas das burguesas. A ciranda das infantis trata-se de um movimento de massa que atinge não só as crianças, mas jovens e adultos sem terra que tem o objetivo de alfabetizar.

Nesse aspecto, o MST defende a revolução cultural via educação, tendo-a como base de suas conquistas coletivas. No papel do professor como agente de transformação é fundamental que o docente seja um facilitador da aprendizagem, mediador do conhecimento, que busque desenvolver as competências e as habilidades ainda não efetivadas por não ter sido oportunizado.

É papel do professor educar para transformar.

Desculpem-me, colegas de trabalho, cientistas e demais colaboradores e fãs, mas me atrevo sim a falar desse substantivo abstrato intraduzível que permeou e permeia a minha vida e existência: o tal de "amor". Que através da pedagogia do amor transformou a minha educação e a minha vida. (RAMOS, 2004, p. 14)

Educar com amor para transformar, mediar às interações entre os alunos e o ambiente como um todo, propor situações que ampliem o seu universo a partir do estímulo de que a criança é capaz, mas ainda não teve necessidade de aplicá-lo, procurando fazer com que o aluno estabeleça o levantamento de hipóteses de acordo com os conhecimentos que tem, são objetivos educacionais do MST.

Freire (1987) também se opõe a uma alfabetização mecanizada e descompromissada, para ele os conteúdos devem surgir através das vivências da realidade e serem escolhidos democraticamente pelas partes interessadas no ato de educar. Por conseguinte, é papel do educador incitar seus alunos a construir seu próprio conhecimento. Nesta perspectiva o MST segue em uma educação diferenciada, transformadora, visando formar e remodelar as crianças, seus futuros substitutos.

Em uma pesquisa de campo realizada no assentamento do MST localizado entre o município de São Cristóvão e Socorro em Aracaju, entrevistamos a pedagoga Acácia Maria Feitosa Daniel, formada na UNIJUÍ (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio

Grande do Sul) e especialista em educação do campo pela UNB (Universidade de Brasília), através do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), integrante da direção estadual do MST em Sergipe. Constatamos que o MST se organiza no estado através de núcleos e regionais onde aproximadamente cada núcleo compõe 500 famílias e para cada uma delas existem dirigentes que representam inúmeros setores dentro do movimento como: educação, produção, direitos humanos, comunicação, cultura entre outros, buscando o desenvolvimento dos assentamentos e acampamentos, além do campo. Cada líder dos espaços luta para que as famílias permaneçam na área rural, trabalhando no campo, que a terra seja distribuída no movimento entre aqueles que não a possuem e buscam um projeto de sociedade que o MST acredita ser uma sociedade justa e igualitária.

Inferimos que em Sergipe, a educação infantil no contexto do MST ainda é uma conquista em debate que vem sendo construída pouco a pouco. A educação básica, em especial a educação infantil no Brasil é um elemento que ainda deixa bastante a desejar em nosso país, o MST nesse estado luta para que as crianças do movimento tenham acesso à educação infantil, pois no que diz respeito à educação infantil de 0 a 4 anos, esta é inexistente no movimento sem terra de Sergipe. As escolas do estado e do município que atendem o movimento não oferecem esse atendimento às crianças. Diante deste novo governo, o MST está confiante e lutando pela busca da educação infantil em um diálogo bastante amadurecido entre os integrantes do Movimento Sem Terra e a Secretaria de Educação, principalmente, a Secretaria de Inclusão Social. O objetivo do MST é implementar a educação dentro dos assentamentos visando atender tanto as crianças assentadas quanto ao centro de formação existente no movimento, onde se ministram vários cursos que contam com a participação das mães que não têm onde deixar seus filhos.

Nesse assentamento existe uma estrutura física bastante apresentável com parque infantil e algumas cadeiras escolares chamadas, Cirandas Infantis. Em uma espécie de creche

criada pelo MST de forma independente, sem qualquer apoio de instituições governamentais, as crianças do assentamento participam de atividades culturais e pedagógicas realizadas pelo MST com o intuito de inserí-las no mundo educativo. Esse processo acontece de maneira informal e não é institucionalizado. As Cirandas Infantis também atuam nos períodos de mobilização ficando com as crianças para que as mães possam participar da mesma. Este projeto existe em alguns acampamentos e assentamentos de Sergipe bem como do Brasil com educadores voluntários. As famílias contribuem com o lanche, com parte da produção para os educadores, e a formação para os educadores é o próprio movimento que enfatiza. A partir dessa estrutura montada pelo MST, o movimento luta para ter uma educação infantil de forma institucionalizada, para que as crianças passem por um processo educativo com profissionais nesse período tão importante para a vida.

A educação que o MST quer para suas crianças é uma educação que esteja dentro da perspectivas da educação do campo, educação transformadora, diferenciada, baseada na construção do conhecimento de forma libertadora. O movimento não quer que as Cirandas Infantis sejam apenas locais onde depositam crianças como se vê em diversas creches. No que se refere à nova Legislação do Ensino Fundamental de nove anos, o Movimento Sem Terra não parou para fazer nenhuma reflexão minuciosa de como a mesma vem a beneficiar ou “atrasar” a educação das crianças do movimento, mas acredita que se o município e o estado trabalharem dentro de uma perspectiva que valorize o conhecimento prévio que a criança leva de casa para escola, usá-lo para a construção do conhecimento, essa Legislação com certeza irá beneficiar a criança. Porém se o profissional da educação não tiver preparado para receber essas crianças de seis anos nas escolas do Ensino fundamental com um aprendizado construtivo, essa Legislação só irá acrescentar ainda mais problemas para o setor da educação no Brasil.

Durante a entrevista, Acácia em seu relato nos descreveu que atualmente temos em Sergipe cerca de 8 mil famílias assentadas e mais de 14 mil acampadas no estado inteiro, nos acampamentos existem somente escolas de 1º a 4º do Ensino Fundamental. A escola do presente acampamento é mantida pelo estado. A luta pela educação dentro dos assentamentos ainda é algo preocupante, as crianças ainda estudam em situações precárias, são poucas as instituições que têm estrutura de escola, a maioria das escolas são feitas em sedes das antigas fazendas ou em barracos, não há incentivo e/ ou estímulo para que a educação funcione dentro dos assentamentos. Segundo Acácia a escola do assentamento onde reside possui uma rotatividade de professores constante, visto que os docentes têm que se deslocar da cidade para a zona rural. Pouco professor se quer completam o ano letivo e não aplicam uma educação de acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação no Campo, pois as universidades não preparam o profissional para trabalhar na zona rural. O magistério também recebe uma formação urbana e quando o profissional se vê diante da atuação no campo o mesmo se encontra completamente despreparado para trabalhar na realidade existente.

“... Eles não têm essa formação e aí os professores quando vão atuar nas áreas de reforma agrária ou no campo nas comunidades rurais seja lá em qual for o espaço que ele vá atuar no campo ele não vai com essa formação e nem tão pouco tem conhecimento das Diretrizes da Educação no Campo, então a partir do interesse dos professores é que ele vai adquirir um conhecimento sobre a educação do campo ou da reforma agrária...”.

(Acácia Maria entrevista, 2007).

Atualmente através do MEC e algumas universidades do Brasil, especificamente em Sergipe a UFS (Universidade Federal de Sergipe), será implementado o curso de licenciatura em educação do campo, sendo que este será, por enquanto, uma fase de experimentação. O Movimento Sem Terra através do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), busca introduzir no curso de pedagogia além das disciplinas da grade curricular, outras que discutam a reforma agrária, a pedagogia do campo, com o objetivo de preparar o profissional para atuar nessa área rural. O MST de Sergipe luta por um departamento dentro da Secretaria de Educação do Estado que cuide e / ou discuta a educação do campo, dê

ouvidos aos movimentos sociais debatendo realmente a questão do ensino no campo dentro de cada movimento social, visto que a educação do campo ainda possui uma grande dificuldade de ser suplementada no governo em geral. No estado de Sergipe o município de Poço Verde já possui um departamento que trabalha a questão da educação do campo no município.

“... Nas Diretrizes da Educação do campo trás bem claro isso que a educação tem que levar em consideração as especificidades das pessoas que vivem no campo, dos movimentos sociais, e que se discuta com esses movimentos sociais qual o currículo que esses movimentos sociais que o campo deseja pra ser desenvolvido em cada sua área e que isso agente não tem, agente quer agora que seja discutido isso, qual o currículo, o currículo do campo não é o mesmo currículo da cidade, atualmente é o que acontece os livro didáticos estão programados pra educação urbana e não pra educação do campo e, é esse mesmo material que vai lá pro campo, e esse material não corresponde as nossas demandas, as nossas necessidades, nos temos que ter um currículo que de fato ele valorize, que respeite e que trabalhe com as diversidades que nós temos no campo...”

(Acácia Maria entrevista, 2007).

Conforme Acácia (entrevista 2007), a educação diferenciada que o MST busca já está presente nas escolas do município de Canindé do São Francisco, em uma grande parte de Poço Redondo e somente em algumas escolas do município de Lagarto, Simão Dias e Cristinápolis, destacando que nesses municípios o docente não desvaloriza o conteúdo exposto no livro didático, mas simplesmente trabalha os conteúdos a partir da realidade vivida pelos alunos, trabalhando com recursos que o próprio movimento disponibiliza fato que não acontece na educação tradicional, lembrando sempre de relacionar à teoria a prática. A educação no movimento ainda é uma luta muito grande, pois a sociedade precisa lutar com mais intensidade por uma educação que trabalhe as inúmeras dimensões do ser humano, que trabalhe a reforma agrária e a questão da justiça social, formando o indivíduo para o mundo valorizando assim as experiências que a criança traz para a escola.

“.... O movimento pra mim é uma grande escola a formação que eu tive na minha trajetória escolar, dentro do movimento eu tive uma educação que foi totalmente diferente e que eu acho que essa educação ela só valoriza o ser humano ela forma pra que agente trabalhe a questão escolar é uma educação que agente valoriza a vida que agente se reconhece enquanto ser humano e, é isso que agente precisa, e não uma educação que sirva apenas pra aquele ambiente da escola, não, a educação tem que preparar agente pra vida e a educação que eu vejo no movimento ela forma agente pra vida por



que agente tem que valorizar a vida o ser humano como a principal coisa que agente tem (...). O movimento pra mim é um grande transformador de ser humano que mesmo aquelas pessoas que são analfabetas, que estão dentro do movimento ele passa por um processo de formação também na sua vida intelectual que não é a da escola a partir daquele momento que ele entra no movimento ele é um coordenador de grupo, ele coordena uma assembléia ele participa de reuniões tanto com os intelectuais de universidades como com pessoas que estão no poder publico, de bancos, de órgãos governamentais ele não tem mais aquilo de se achar humilde submisso aquelas pessoa, embora ele não tenha um vocabulário que é igual àquela pessoa que estudou mais ele consegue fazer um dialogo de conhecimento...”.

(Acácia Maria entrevista, 2007).

Este artigo corrobora o que diz a literatura recente sobre o MST que luta pelos seus ideais de forma resistente e batalhadora buscando transformar a sociedade em que vivemos, com o objetivo de que todo Sem Terra esteja estudando, fazendo com que os seus integrantes, do mesmo modo que lutam pela terra, lutem também pela educação. Mantém o movimento certa utopia de educação que acredita ser transformadora e que irá ajudar a mudar a realidade social, unindo a teoria a pratica em todas as bases e instâncias de discussão por uma sociedade justa e igualitária.

Fica evidente que o MST vem entre lutas, dificuldades e vitórias conquistando seu espaço na educação levando a mesma para os acampamentos e assentamentos formando crianças e jovens à luz de projeto de sociedade que eles acreditam ser "justa". Assim, como pedagogos e intelectuais militantes, reconhecemos sua luta pela terra e pela reforma agrária, a fim de garantir esse modelo de sociedade que não só eles como nós procuramos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CALDART, Roseli Salette. **Escola é Mais do que Escola na Pedagogia do Movimento Sem Terra.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Petrópolis: vozes, Rio de Janeiro, 2000.

CARNEIRO, Moacir Alves, **LDB Fácil:** leitura critica compreensiva: artigo a artigo. Petrópolis: vozes, 1998.

CINTRA, Maria da C. **A Trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Sergipe.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado em Serviço Social, 1999.

EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Teorias Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** CNE/2002.

FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria Araújo. **Pedagogia da Esperança:** um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. Ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação.** 2 ed. São Paulo, Cortez, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais.** São Paulo. Loyola, 1997.

KNIJNIK, Gelsa. **Exclusão e Resistência: Educação Matemática e Legitimidade Cultural.** Porto Alegre. Artes Médicas, 1996.

MEJIA, Marco Raúl. **Transformação Social:** Educação Popular e Movimentos Sociais no Fim do Século. São Paulo, Cortez, 1996.

MOLINA, Mônica Castagna, **Educação do Campo e Pesquisa:** questões para reflexão. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MORISSAWA. **A História da Luta pela Terra e o MST.** Ed. São Paulo. Expressão popular, 2001.

MOVIMENTOS SOCIAIS, **Estado e Educação, no Nordeste:** Experiências no Meio Rural. João Pessoa, PB: idéia, 1996.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Princípios da Educação no MST-**Cadernos de Educação nº. 8 Secretária Nacional do MST. São Paulo, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da Educação:** Trajetória, limites e perspectivas. 6 ed. Campinas, SP: Autores associados, 2000.

# ANEXOS

## **ENTREVISTA**

### **1º Qual é o seu nome completo e qual a sua participação e contribuição dentro do MST?**

*R - Acácia Maria Feitosa Daniel, eu sou da direção estadual do movimento, faço parte do coletivo de educação, a gente tem o coletivo, fazem partes vários membros como representantes das regionais e assentamentos, aí a gente tem a função de estar coordenando essa equipe.*

### **2º Como se deu a sua história no MST? Fique a vontade para falar.**

*R - Certo, eu era professora da rede Estadual no Estado de Alagoas, passei a atuar no movimento a partir de 1990 em que eu conheci uma pessoa que era militante do movimento e compondo uma nova família passei a atuar dentro do movimento principalmente na questão da educação pela experiência que eu já tinha, embora ainda sem a formação dentro dessa perspectiva de educação do movimento social.*

### **3º Qual a sua formação?**

*R - Eu sou pedagoga e tenho especialização em educação do campo.*

### **4º Foi aqui em Sergipe mesmo?**

*R - Fiz pela a especialização pela UNB, o curso de pedagogia pela UNIJUI que é a Universidade do Rio Grande do Sul que fez uma parceria com o movimento Sem Terra o INCRA um convênio que a gente tem entre o governo federal e Universidades públicas, então esse curso que eu fiz os dois foi dentro do convênio do PRONERA que é o Programa de Educação na Reforma Agrária.*

### **5º Como se organiza o MST aqui em Sergipe?**

*R - Então a gente tem o Movimento Sem Terra, ele esta organizado na maioria dos municípios, principalmente onde se concentra o maior número de pessoas que são Sem Terra e a gente se organiza por regional e por núcleos também, por aproximadamente cada núcleo compõe uma média de 500 famílias e para cada 500 famílias nos temos os dirigentes que representam os vários setores de educação, produção, saúde, gênero, formação, direitos humanos, cultura, então esses setores eles organizam a estrutura do movimento que diz respeito ao desenvolvimento dos assentamentos, dos acampamentos e o desenvolvimento do*

*campo como um todo, porque à medida que a gente luta por Reforma Agrária estamos lutando também pela distribuição de renda tanto do campo como também na cidade, daí a gente faz uma discussão para que as famílias permaneçam no campo, as famílias trabalhem no campo a terra seja distribuída com as pessoas que não tem e assim à medida que a gente trabalha isso estamos discutindo o projeto de sociedade que agente quer uma sociedade justa e igual para todos.*

#### **6º Quantos assentamentos e acampamentos têm em Sergipe e quantos oferecem a Educação Infantil?**

*R - A Educação Infantil dentro do movimento ainda é uma coisa que nos estamos construindo, como a gente sabe, a educação, quando se refere a educação básica principalmente a Educação Infantil no país ainda é uma coisa que deixa a desejar muito e ainda esta sendo uma luta do movimento para que as famílias e as crianças tenham acesso a educação infantil, então ainda é uma luta muito grande, as escola que nós temos nos municípios não fazem esse tipo de atendimento, os municípios não fazem são raros os municípios que dão o atendimento da pré- escola e a educação infantil que diz respeito de 0 a 4 anos esse não existe, que é o atendimento a creches, atendimento a mãe que esta gestante, a criança que nasceu, na fase da educação infantil mesmo nem o Estado nem município atende, então nesse novo governo nos estamos fazendo a discussão da educação infantil que já esta uma coisa assim bem amadurecida entre nós do movimento e com a Secretaria, principalmente de Inclusão Social, e também com o Secretário da Educação. Então a nossa proposta, e o que nós já começamos a fazer aquela estrutura ali que vocês estão vendo que nós demos o nome de Ciranda infantil que é o nome que a gente da às creches, então a partir daquela estrutura e a nossa proposta, é a gente trabalhar aqui dentro do assentamento tanto para atender as famílias assentadas, aqui nos temos 37 famílias e também atender ao centro de formação onde nós temos vários cursos que nas mães participam, e não têm onde deixar seus filhos, então a partir desta estrutura e da concepção de educação infantil que nós temos nos queremos trabalhar de forma institucional a educação infantil que as crianças bem estudem que elas passem por esse período educativo com as educadoras que as mães tenham uma interseção nisso, discutimos junto com as educadoras, a forma de educação que a gente quer, e também à medida que as mães dos assentamentos forem trabalhar as crianças tenham onde ficar, que essa ciranda infantil não seja um deposito de crianças como a gente vê por ai, buscamos que a criança dentro da ciranda infantil passe por um processo educativo e dentro das perspectivas de educação do*

*campo, então e as crianças vão passar por uma fase e a experiência que nós já temos é de que nos tem um projeto que as crianças elas participam nas atividades culturais, atividades pedagógicas, desenvolvendo toda essa questão do desenvolvimento intelectual dela, com as atividades culturais e pedagógicas que elas vão se inserindo no mundo educativo nessa outra perspectiva de educação e não como um depósito de criança, então temos essa experiência que nos estamos já desenvolvendo mais assim informalmente não tem nada institucionalizado apenas tem os cursos de formação que a gente tem essa formação de magistério pedagógico a os cursos de capacitação de educadores que a gente tem essa atuação, então nós queremos institucionalizar isso dentro da Secretaria de Educação do Estado ou na Secretaria de Inclusão Social para que isso seja institucionalizado, e nós Temos também as cirandas infantis que já trabalha com essa questão da educação infantil nas mobilizações se tem um acampamento de mulheres como o que nós tivemos no período de 8 março, em que ficamos quatro dias acampados, na praça Ranolfo Prata, em que as mães trouxeram seus filhos, as crianças ficaram, nas ciranda infantil com todas essas atividades que a gente vê, as atividades pedagógicas, atividades culturais, que desenvolve a fase tanto da criança de 0 a 6 anos, como também desenvolve o intelectual dela, e aí em alguns assentamentos e acampamentos nos temos essa estrutura mais é tudo informalmente, não tem nada institucionalizado, só a partir desse novo governo é que nos estamos, já tivemos varias conversas, onde nos temos agora a certeza de que vamos, por que nós já estamos com esse projeto encaminhado e temos agora a garantia de ser institucionalizado e o que é informal com as famílias, então essa parte nos temos em vários acampamentos também isso acontecendo voluntariamente que as educadores fazem esse trabalho, não há nenhuma ajuda do município o município não remunera não da matéria didático não faz nada isso tudo é informalmente e voluntariamente que as educadoras e as famílias trabalham, as famílias contribuem com lanche, com parte da produção para as educadoras a formação quem faz é o próprio movimento para essas educadoras para que elas desenvolvam esse trabalho.*

### **7º Quais os acampamentos e assentamentos existentes em Sergipe?**

*R - Bem eu acabei não respondendo aquela outra pergunta que você colocou a quantidade de famílias assentadas ou acampadas, então nós tempos atualmente cerca de 8 mil famílias assentadas, e em acampamento que é aguardando ainda a posse da terra são mais de 14 mil famílias no Estado todo, só aqui no Estado de Sergipe, em diversos municípios onde nós somos organizados, esse assentamento aqui ele faz parte de 2 municípios, parte do município*

*de São Cristóvão, e a sede fica no município de Socorro então a maior parte dele esta no município de Socorro.*

**8º A demanda de crianças é muito grande, como é que vocês fazem para suprir a necessidade dessas crianças? . Eu li um artigo de Roseli Caldart que diz que o movimento sempre procura algumas atividades para que as crianças não fiquem dispersas, realmente acontece isso dentro do movimento?**

*R - É as nossas crianças elas passam por um processo educativo e de consciência da luta em que ela está sem que a gente diga: olha vocês estão passando esse processo formativo, vocês sabem por que elas participam das ocupações junto com os pais elas, participam espontaneamente das assembléias, das reuniões, elas estão sempre ali participando, então ela a partir daquele momento elas estão criando uma consciência de que elas vivem em uma sociedade que é de luta que é diferente da sociedade que elas viviam antes, da comunidade que elas viviam antes, e dentro do espaço da ciranda infantil elas acabam, desenvolvendo atividades que são do cotidiano delas da vida delas e elas representam isso nos desenhos, nas redações que elas escreve, as crianças nesse momento representam como ela gostaria que fosse o lugar que ela mora, o assentamento que ela mora, o acampamento que ela mora elas representam como gostaria que fosse o que ela gostaria que tivesse naquele local, ai vem junto a questão do posto de saúde, de uma escola com a estrutura boa para elas, apresentam ali o porque que elas gostariam que tivesse uma praça as ruas do assentamento, calçadas a casa dela tivesse banheiro, sabe todas essas coisa que faz parte da vida das pessoa né? , que as pessoas precisam para viver bem elas representa simbolicamente e se manifestam durante aqueles espaços principalmente na ciranda infantil.*

**9º Como as crianças fazem para estudar tem algum transporte que possa levá-las para uma escola mais próxima?**

*R - Aqui no assentamento nos termos uma escola que atende de 1ª a 4ª série e as crianças estudam aqui mesmo no próprio assentamento apenas as de 5ª série em diante é que tem o ônibus da prefeitura que leva para as sedes do município.*

**10º E a questão do material didático para as crianças de 1 a 4ª série?**

*A escola é mantida pelo Estado, no Estado de Sergipe apenas três escolas que são do Estado às outras são do município que são reconhecidas, porque ainda é uma luta muito grande nossa para que as escolas sejam reconhecidas sejam criadas, escolas dentro do assentamento,*

*a maioria das crianças ainda estuda em estrutura precária, são poucos que tem estrutura de escola a maioria são nas sedes das antigas fazendas ou em barracos, não tem ainda esse incentivo pra que a educação funcione dentro dos assentamentos, essa escola ai já existia quando nós chegamos, Escola do Estado e que nós temos uma dificuldade muito grande da permanência de professores por ser uma escola que ta na zona rural os professores vêm da cidade, poucos passam o ano letivo, a uma rotatividade muito grande de professores e nós não temos nem condição de ta desenvolvendo o projeto pedagógico da escola dentro dessa perspectiva de educação do campo e da pedagogia do movimento. Então a partir desse ano nós estamos fazendo um dialogo com a Secretaria de Educação. Para que os professores que trabalhem aqui no assentamento tenham certo incentivo p/ vir atuar aqui na zona rural ainda a uma falta de interesse muito grande dentro do Estado de Sergipe pra que os municípios e o Estado assumam a educação de fato.*

### **11º Quais os acampamentos e assentamentos que possuem uma educação diferenciada no Estado de Sergipe?**

*Então, nos acampamentos, nós temos assentamentos e acampamentos, nos assentamentos em que nós temos nos município as prefeituras e secretarias de educação, que elas tem uma relação melhor com o movimento, que tem uma compreensão de educação transformadora de ter o vínculo da educação com a vida das pessoas que vivem no campo, com a realidade dos assentamentos nos temas a possibilidade de envolver a educação, uma educação transformadora, e nós temos em várias escolas tanto no município de Canindé do São Francisco as escola do assentamento, no município de Poço Redondo uma parte das escolas e assentamento, em algumas no município de Lagarto, Simão Dias, em Cristinapolis . A maioria das nossas escolas aonde os professores são vinculados com os assentamentos, então nós desenvolvemos esta educação, educação em que os alunos não, estudam apenas aquelas educação que está no livro, não estudam aquela educação tradicional e não deixa também de valorizar o que a gente tem nos livros, que oferece conhecimentos que são construtivos, então nós temos não desprezamos o livro didático, mais também não usamos apenas o livro didático então a gente trabalha a partir da realidade que a gente vive, os conhecimentos que são socialmente úteis e aproveitando e pesquisando vários livros não apenas utilizando do livro didático porque o livro didático não contempla as necessidades que a gente tem no campo, nos assentamentos e na questão da reforma agrária, então o material didático que a gente usa é através da pesquisa de campo com as famílias vivenciando aquela realidade dentro dos assentamentos, como também aproveitando todos os instrumentos que são de*



*acesso e que em muitas vezes na escola tradicional as pessoas não tem acesso, a revistas formais, ou outros tipos de fontes úteis e que os professores estão trabalhando no dia-a-dia das crianças fazendo essa relação da realidade com a teoria que a gente precisa para transformar.*

**12° Referente a essa nova Legislação do Ensino Fundamental de 9 anos, em sua opinião o que é que você acha dessa Lei em relação às crianças do MST?**

*R - Ta então, é nós Não paramos ainda pra fazer esse estudo, em como isso vem beneficiar ou atrasar a questão da educação das nossas crianças, então assim a gente acredita que tanto o Estado, quanto município como um todo, precisam trabalhar dentro de uma perspectiva de educação que valorize o conhecimento que a criança tem, do que foi, e do que ela traz para a escola e que esse conhecimento seja garantido para a construção do conhecimento dela, do conhecimento intelectual dela e que ai a educação infantil ela esta dentro deste contexto também, da educação que a gente quer, que o Estados reconheça, e essa integração desse sistema educativo ele tem que vim desde a educação infantil, e que leve em consideração todo essa trajetória das crianças tudo é que a Educação Básica, ela deve acontecer desde a educação infantil a fase pelo menos dos 4 anos de idade quando a criança começa a ir para a escola.*

**13° Qual a sua opinião sobre as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo?**

*R - Ta, ainda é uma questão que não esta sendo, é embora desde, se não me engano é 98 ou 95 por ai que as leis de educação básica do campo foi aprovada ainda na época do FHC e que nós ainda temos muita dificuldade de ser suplementado no governo como um todo, então existe ainda muita luta que seja garantida a lei da educação do campo, que isso seja reconhecido no governo municipal, estadual ainda a uma luta muito grande, a questão da educação, luta-se departamentos que discuta a questão da educação de campo no Estado de Sergipe, Poço Verde possui departamento que trabalha essa questão do campo no Estado agora estamos pedindo que isso seja implantando aqui também, para nos, que esse departamento que cuida da questão da educação diversificada que eu não lembro bem o nome, que cuida da diversidade da educação, foi criada para as questões dos quilombolas os indígenas, mas mesmo assim eles não cuidam dessa questão, a pessoa que está lá dentro da secretaria para ver essa questão da educação diversificada nem faz, uma leitura sobre essa realidade, dentro dos princípios do que o pessoa sabe, ainda ontem a gente*

*conversando com o pessoal dos quilombolas eles tem essa reclamação também, que durante toda a vida dentro da secretaria da educação do estado nunca se não cuidou dessa questão de educação diversificada dentro daquela realidade, por isso a gente ta pedindo que dentro da Secretaria de Educação do Estado tenha um departamento, que discuta realmente o melhor para o campo, que ouça os movimentos sociais dos quilombolas, indígenas, dos sem terras que escutem esses movimentos sociais, que escutem as comunidades que realmente se tenha dentro da secretaria de educação do estado um dialogo que discuta a educação do campo dentro da realidade de cada seguimento, dentro dos movimentos sociais dos quilombolas, por que nas Diretrizes da Educação do campo trás bem claro isso que a educação tem que levar em consideração as especificidades das pessoas que vivem No campo, dos movimentos sociais, e que se discuta com esses movimentos sociais qual o currículo que esses movimentos sociais que o campo deseja pra ser desenvolvido em cada sua área e que isso agente não tem agente querem agora que seja discutido isso, qual o currículo, o currículo do campo não é o mesmo currículo da cidade, atualmente é o que acontece os livro didáticos estão programados pra educação urbana e não pra educação do campo e, é esse mesmo material que vai lá pro campo, e esse material não corresponde as nossas demandas, as nossas necessidades, nos temos que ter um currículo que de fato ele valorize, que respeite e que trabalhe com as diversidades que nós temos no campo.*

**14º Os professores que atuam nas escolas daqui, eles têm conhecimento dessas diretrizes, você acha que eles aplicam essas diretrizes em sala de aula?**

*R - Não, aqui desse assentamento não, os professores eles são preparados para atuar no campo. Eles não têm essa formação e ai os professores quando vão atuar nas áreas de reforma agrária ou no campo nas comunidades rurais seja lá em qual for o espaço que ele vá atuar no campo ele não vai com essa formação e nem tão pouco tem conhecimento das Diretrizes da Educação no Campo, então a partir do interesse dos professores é que ele vai adquirir um conhecimento sobre a educação do campo ou da reforma agrária, porem vai ser implementado o curso de licenciatura em educação do campo, sendo que este será, por enquanto, uma fase de experimentação. O Movimento Sem Terra através do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), vai lutar para introduzir no curso de pedagogia uma grade curricular que discutam a reforma agrária, a pedagogia do campo, com o objetivo de preparar o profissional para atuar nessa área rural.*

**15° Com suas palavras resuma a educação no MST, e o que MST é para você?**

*R - Uma vitória, o movimento pra mim é uma grande escola a formação que eu tive na minha trajetória escolar, dentro do movimento eu tive uma educação que foi totalmente diferente e que eu acho que essa educação ela só valoriza o ser humano ela forma pra que agente trabalhe a questão escolar é uma educação que agente valoriza a vida que agente se reconhece enquanto ser humano e, é isso que agente precisa, e não uma educação que sirva apenas pra aquele ambiente da escola, não, a educação tem que preparar agente pra vida e a educação que eu vejo no movimento ela forma agente pra vida por que agente tem que valorizar a vida o ser humano como a principal coisa que agente tem. O movimento pra mim é um grande transformador de ser humano que mesmo aquelas pessoas que são analfabetas, que estão dentro do movimento ele passa por um processo de formação também na sua vida intelectual que não é a da escola a partir daquele momento que ele entra no movimento ele é um coordenador de grupo, ele coordena uma assembléia ele participa de reuniões tanto com os intelectuais de universidades como com pessoas que estão no poder publico, de bancos, de órgãos governamentais ele não tem mais aquilo de se achar humilde submisso aquelas pessoa, embora ele não tenha um vocabulário que é igual àquela pessoa que estudou mais ele consegue fazer um dialogo de conhecimento.*

REGISTRO FOTOGRAFICO



Assentamento do Município de São Cristóvão/ Socorro



Terras do assentamento



Sr. José Militante do MST



Ciranda Infantil em Sergipe



Estrutura física da ciranda infantil em Sergipe





Mural de Noticias Publicadas Sobre o Movimento



Programa de Formação de Professores



Escola Nacional Florestan Fernandes: um grande modelo de escola do ensino superior do MST



Escola rural Gov. Eronildes de Carvalho/ Ensino fundamental



Escola rural Gov. Eronildes de Carvalho/ Ensino fundamental



Entrevistada: Acácia Maria Feitosa Daniel



Entrevistada: Acácia Maria Feitosa Daniel